

**Encontro Nacional de Educação (ENACED) e Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)**

**XXII ENACED – II SIEPEC**

**Eixo Temático:** Políticas Públicas

**EDUCAÇÃO BRASILEIRA E SEU CONTEXTO HISTÓRICO: UMA REFLEXÃO NO OLHAR SOCIAL E ECONÔMICO DO SISTEMA EDUCACIONAL**

*Arlênisa Nunes Fröhlich<sup>1</sup>  
Aryjane Millena Coelho Costa<sup>2</sup>  
Michelly Matos Araújo<sup>3</sup>*

**RESUMO**

O estudo desse artigo tem como objetivo explicar sobre a história da educação brasileira entre os séculos XX e XXI, marco da transformação educacional no país, através de autores que apresentam acertos, equívocos, avanços e retrocessos sendo as questões socioeconômicas e políticas, papéis importantes da garantia e efetivação da evolução desse processo. A metodologia adotada baseia-se em pesquisas bibliográficas que envolve o assunto abordado. O presente artigo está dividido em cinco seções, inicialmente uma breve introdução sobre o tema, seguido do relato sobre a história da educação brasileira, no cenário da década de 80. A seção três, discorre sobre a educação brasileira no cenário político e econômico. Na seção quatro, far-se-á uma reflexão da educação brasileira em um cenário atual que visa uma modificação social, por meio da transformação de concepções, baseada em evidências, finalizando com as considerações finais.

**Palavras-chave:** Educação Brasileira; Sociedade; Economia

<sup>1</sup> Mestranda em Educação nas Ciências UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Professora da rede privada da cidade de Balsas (MA). E-mail: [arlenisa.frohlich@sou.unijui.edu.br](mailto:arlenisa.frohlich@sou.unijui.edu.br)

<sup>2</sup> Mestranda em Educação nas Ciências UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Professora do Estado do Maranhão. E-mail: [aryjane.costa@sou.unijui.edu.br](mailto:aryjane.costa@sou.unijui.edu.br)

<sup>3</sup> Mestranda em Educação nas Ciências UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Professora da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Pentecoste (CE). E-mail: [michelly.araujo@sou.unijui.edu](mailto:michelly.araujo@sou.unijui.edu)

# **Encontro Nacional de Educação (ENACED) e Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)**

## **XXII ENACED – II SIEPEC**

### **INTRODUÇÃO**

A educação brasileira sofreu mudanças revolucionárias durante as últimas décadas dos séculos XX e XXI, ampliando a oportunidade de estudos a todas as classes sociais. Com o processo de redemocratização, o sistema educacional se reorganizou, sendo publicada uma nova LDB a qual atualmente rege esse sistema. A oferta e compromisso pela educação brasileira tornou-se obrigação do Estado criando políticas públicas educacionais para a qualidade do ensino. No entanto, ainda existem muitas lacunas, pois nem todos têm acesso a uma educação de qualidade ou vagas nas escolas públicas comprometendo a afirmação da “educação um direito de todos”.

Valorização dos Professores, ampliação das condições de acesso e permanência na escola, educação de qualidade e que oportunize a criticidade do educando, a desigualdade social são desafios enfrentados por milhões de brasileiros que buscam um sistema de educação satisfatório. Este trabalho tem como objetivo explicar sobre a história da educação brasileira entre os séculos XX e XXI, marco da transformação educacional no país, através de autores que apresentam acertos, equívocos, avanços e retrocessos sendo as questões socioeconômicas e políticas, papéis importantes da garantia e efetivação da evolução desse processo.

A metodologia adotada baseia-se em pesquisas bibliográficas que envolve o assunto abordado.

### **2- A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

A escola exerce um papel de grande relevância na vida dos alunos, vale entender um pouco as mudanças pelas quais passaram a mesma durante o século XX, vindo a refletir nos dias atuais. O presente subtópico estará focado em analisar o período democrático pelo qual vive atualmente o nosso país.

#### **2.1 O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO A PARTIR DA DÉCADA DE 80**

A sociedade civil durante a década de 80, foi marcada por transição em diversas áreas, colocando o Brasil em mudanças necessárias no que se refere à política, economia e à

## **Encontro Nacional de Educação (ENACED) e Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)**

### **XXII ENACED – II SIEPEC**

educação, pois saímos de um modelo ditatorial para um modelo de redemocratização que foi encarado como uma glória para uns e, para outros, como uma época perdida.

Em 1980, foi aprovada eleição direta para os governos dos estados. Em 1982, foram eleitos os novos governadores e os componentes do Congresso Nacional, por eleição direta e secreta. Em 1984 “quase” foram aprovadas eleições diretas para presidente (FILHO, 2004).

Mesmo sob a intervenção de famosos, como artistas e cantores, que clamavam pelas eleições diretas, nada aconteceu rapidamente, pois os políticos fizeram acordos os quais garantiram a eleição de Tancredo Neves e José Sarney, sendo que o presidente não chegou a assumir, levando o vice José Sarney a assumir a presidência do Brasil.

Durante o governo do presidente José Sarney, aconteceu a formação da Assembleia Nacional Constituinte, a qual não deu bom resultado, sendo criticada por intelectuais, artistas e profissionais liberais, José Sarney exerceu as funções de Presidente da República durante esse período sendo a Constituição Cidadã, como era chamada, promulgada em 05 de outubro de 1988 e trazendo consigo ainda direitos antigos e obsoletos. Só em 1989 aconteceu a transição política no Brasil após acontecer a tão sonhada eleição direta.

Foi em 1989 que foi eleito Presidente da República Fernando Collor de Mello, após disputa com Lula, assumindo no início de 1990, no entanto seu governo não durou muito. A tão sonhada democracia foi firmada a partir da Constituição Federal de 1988, que marcou a vitória das aspirações que foram sendo construídas historicamente por vários sujeitos. A educação nos anos 80 também foi influenciada pelo contexto histórico, econômico e social pelo qual passava o país, vivia-se o declínio da ditadura e iniciava-se um período de redemocratização, com isso o sistema educacional segue a mesma confusão pela qual vivia o Brasil.

Nesse período de transição, a educação tornou-se alvo de crítica para os educadores, que cada vez mais se organizavam em grupos, para reclamar e exigir seus direitos. Foi uma época de debates e questões na busca pelo direito a educação pública como também discussões sobre a educação privada e leiga.

A grande disputa era a utilização do dinheiro público para o financiamento da educação privada. Colocando a educação em um patamar diferente daquele que prega a “Constituição

**Encontro Nacional de Educação (ENACED) e Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)**

**XXII ENACED – II SIEPEC**

Cidadã”, privando assim a educação para todos em todos os níveis (SILVA, BEZERRA e SANTOS, 2017).

Foi destaque, no mesmo período, a formação do Fórum da Educação na Constituinte, que reuniu várias entidades, vindo a divulgar o “Manifesto à Nação”, onde afirmava que no interesse da maioria a Constituinte precisava garantir os seguintes princípios básicos (eis algumas das manifestações): a educação é direito de todo cidadão, sendo dever do Estado oferecer ensino público, gratuito e laico para todos, nesse sentido o Governo Federal deve garantir nada menos que 13% aos Estados e Distrito Federal e 25% aos municípios brasileiros a sua receita tributária na manutenção e desenvolvimento do ensino público e gratuito; as verbas públicas destinam-se exclusivamente às escolas públicas, criadas e mantidas pelo Governo Federal, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Em 05 de outubro de 1988, foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, no entanto a Carta Magna segue atendendo as classes dominantes do país na medida em que obstruíram certas mudanças estruturais que poderiam ser realizadas.

No que se refere à educação, foram incorporados à Constituição de 1988 os objetivos relativos ao 1º e 2º graus, presentes na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1971. A Constituição de 1988 contemplou nos seus artigos 205 a 214 os rumos da educação brasileira, com notável avanço em relação às outras Constituições, em que podem-se destacar alguns pontos: valorização dos profissionais da educação, com planos de carreira para o magistério público; estabelecimento de ensino fundamental obrigatório e gratuito e da extensão da obrigatoriedade e da gratuidade ao ensino médio; distribuição dos recursos públicos, assegurando prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, entre outros. Foi através do texto constitucional que se formou a base para que se constituísse a LDBEN de 1996.

Enfim, mesmo com as grandes revoluções que marcaram as décadas de 80 e 90, a educação para o governo brasileiro não era prioridade.

No entanto, a década de 90 foi marcada por um fato jurídico relevante para a educação brasileira, o surgimento da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pois a Lei anterior foi promulgada em 20 de dezembro de 1961 (Lei 4.024).

## **Encontro Nacional de Educação (ENACED) e Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)**

### **XXII ENACED – II SIEPEC**

Sofreu influências a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96), é o que afirma Geraldo Francisco Filho (2004, pág. 138):

A Lei sofreu influências das teorias em evidência atualmente, as interacionistas e as sociointeracionistas de Piaget e Vygotsky, respectivamente, foram as mais contempladas, fornecendo as bases epistemológicas como alicerce teórico. A LDB ratificou os princípios, fins, objetivos, direitos e organização contidos nos Artigos 205 a 214 da Constituição Federal de 1988.

A LDB como é conhecida, sofreu influência do Construtivismo e do processo geral de globalização. Dividiu a educação básica em: educação infantil, ensino fundamental e médio e em educação superior, que engloba as faculdades e universidades existentes. Disciplinou quanto ao mínimo exigido em termos de dias letivos, ratificando os já apregoados 200 dias para todos os níveis e 800 horas, no mínimo, por ano no ensino fundamental e médio. Criou áreas de conhecimento e temas transversais. Deu abertura para dividir as séries do ensino fundamental em ciclos, facilitando a progressão continuada. Definiu a gestão das escolas públicas como democráticas, com a participação dos profissionais da educação e da comunidade. Assegurou a possibilidade de organizar diversos sistemas de ensino. Deu ênfase na eliminação do analfabetismo e na inserção à cidadania. Assegurou a integração da educação especial ao ensino comum. Deu autonomia às universidades e disciplinou a distribuição dos recursos financeiros, que não serão somente para as escolas públicas, o que causa polêmica. Definiu que o ensino militar tem diretrizes próprias (FILHO, 2004).

### **3- EDUCAÇÃO BRASILEIRA: POLÍTICA E ECONOMIA**

O Brasil possui um campo educacional muito amplo e uma diversidade cultural bem singular, podendo a educação ser o centro de uma aprendizagem significativa, porém não há investimentos suficientes, o país tem uma dívida com a nação no que se refere a qualidade da oferta do ensino público gratuito. Faz-se necessário uma atenção maior dos poderes públicos a nossa educação buscando elaborar propostas eficazes que garantam a melhoria do nosso ensino.

A nossa herança cultural influencia na nossa educação e está presente na nossa história, no modelo de governo que não nos deixa esquecer fatos e atos que deram características a ela. Essa identidade cultural é fomentada por nossas ações, crenças e valores sociais. Estes fazem

## **Encontro Nacional de Educação (ENACED) e Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)**

### **XXII ENACED – II SIEPEC**

parte do nosso processo educativo através das nossas práticas pedagógicas como afirma Brasil (2006 p. 36) “A cultura de um povo, de uma civilização, sobrevive pelas práticas de recriação e de transmissão quando os mais velhos comunicam aos mais novos as suas tradições”. Talvez isso explique porque nossa educação realiza um controle social, através da seleção discriminatória, perpetuando a supremacia de uma classe dominante em detrimento de outra.

O sistema educacional brasileiro gira em torno de uma demanda social, sendo sustentada por um cenário político, social e econômico levando a uma hierarquia social direcionada ao objetivo do poder imediato que a condição monetária busca.

A partir da crise mundial de petróleo na década de 70 o neoliberalismo previa a descentralização do Estado e a redução dos investimentos públicos nos setores sociais. Nos anos 80 com o fim da ditadura (1964-1985) e a redemocratização em todos os campos sociais, inclusive na educação, porém, no contexto econômico o Brasil ainda estava submetido ao Banco Mundial e ao FMI (Fundo Monetário Internacional), buscando um modelo de desenvolvimento de investimento estatal e financiamento externo.

A Constituição de 1988 traz em seu artigo 212, a determinação de índices específicos para aplicabilidade na educação: mínimo de 18% da receita dos impostos pela União e 25% pelos estados e municípios (BRASIL, 1988).

Ocorre que os sistemas educacionais no Brasil vêm passando por mudanças políticas econômicas e socioculturais que trazem à tona a dimensão global de uma emergente sociedade de conhecimento. A globalização expandiu estratégias de privatização, mercantilização e recursos financeiros ajustando a educação ao mercado econômico onde busca a formação de mão de obra muitas vezes não qualificada, mas, barata.

O Brasil não prioriza a sua educação e vive há décadas numa mediocridade educacional, falta uma política de estado para o sistema educacional brasileiro. A descontinuidade de políticas públicas é um gargalo que precisa ser resolvido.

#### **4- UMA REFLEXÃO ATUAL DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

Já nascemos aprendendo e cada dia mais assimilamos uma infinidade de informações, que utilizamos em nosso dia a dia, no entanto, precisamos aperfeiçoar o que nos é herdado ou passado através dos ancestrais e até mesmo pela sociedade em que se convive.

**Encontro Nacional de Educação (ENACED) e Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)**

**XXII ENACED – II SIEPEC**

A educação transmitida através das instituições de ensino não é mérito de uma escola ou de um único professor, pois atualmente são muitas as influências que atingem o ambiente escolar, sendo que é preciso a escola interagir com a família e a sociedade para desenvolver um bom trabalho, uma vez que a sociedade em que vivemos encontra-se atingida por mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais. Para que se crie condições de aprendizagem e permanência do aluno na escola, existe a necessidade de interação com o meio em que os mesmos vivem.

A realidade da educação no Brasil na atualidade é reflexo do que não se segue o que é colocado nos papéis, a exemplo disso é o que acontece com o Plano Nacional de Educação que define várias metas a alcançar, no entanto ficam apenas na teoria.

Como aconteceu em outros governos, são elaborados planos os quais servem apenas na maioria das vezes como “tapa buracos”, em que são liberados recursos emergenciais para os níveis de ensino que se encontram em dificuldades, porém, não há um planejamento para sua aplicação. Os órgãos responsáveis pela educação não encaram a mesma como um processo em que todos os níveis de ensino estão interligados, valorizando de forma aleatória os mesmos, conforme o problema é detectado.

Recentemente, pesquisas têm mostrado a realidade da educação no Brasil, sinalizando a necessidade de melhoramento no que diz respeito a sua qualidade. Acredita-se que os problemas não são oriundos das metas a serem cumpridas, mas da falta de rigorosidade nos resultados pedagógicos. Os resultados pretendidos nunca são consumados conforme se planejou. Com as etapas da educação básica fragmentada, o problema tende a persistir ao longo dos estudos, desalicerçando toda a estrutura formativa do indivíduo (BASTOS, 2017).

Pelo comentado anteriormente, tem-se a certeza que estamos formando muitos analfabetos funcionais, pois, apesar da Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu Artigo 205, assim afirmar: “A educação é direito de todos e dever do estado e da família”, e do ensino fundamental ter se tornado universal, são necessários maiores investimentos na formação e remuneração dos docentes, haja vista que professores capacitados, valorizados e com estruturas adequadas para desenvolver seu trabalho, serão motivados pedagogicamente e poderão, assim, buscar motivar os discentes.

**Encontro Nacional de Educação (ENACED) e Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)**

**XXII ENACED – II SIEPEC**

Outro fator importante com relação aos problemas da educação brasileira é mencionado por Manoel de Jesus Bastos (2017), que é a evasão escolar:

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e o PNE (Plano Nacional de Educação) preveem, como preparação e conclusão do processo formativo dos adolescentes em idades de 15 a 17 anos. No entanto, grande parte dos jovens nessa faixa etária, avançam com frequência. Ainda é absolutamente exorbitante a taxa de evasão escolar aqui no Brasil. Essas evasões acontecem por vários motivos: problemas com professores (as), desânimo, motivos de trabalho, problemas com a família além de outros. É claro que boa parte dessas evasões são tomadas de decisões equivocadas, feitas impulsivamente, sem nenhuma mensuração da gravidade e dos resquícios que

estarão no por vir. Nessas circunstâncias, cabe à família e à escola possibilitar subsídios a esses estudantes, mencionando a importância da formação para o exercício da verdadeira cidadania, ou seja, proporcionar à sua integração no seio escolar.

É observável um outro grande empecilho na educação brasileira: a falta de parcerias das famílias com as escolas. Essas não admitem que a educação dos seus filhos deve partir de si mesmas e terminam sobrecarregando os professores, ou seja, terceirizando responsabilidades que são exclusivamente suas. A necessidade de mudança nesse quadro é gritante e a resolução só aparecerá quando a sociedade, como um todo, convencer-se que essa tão árdua tarefa é muito mais ampla e de interesse de toda a sociedade (BASTOS, 2017).

É na vida familiar que se dá o primeiro contato do cidadão com o mundo, logo é importante a participação dos pais na educação dos filhos de forma constante e consciente. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (9394/96) em seu artigo 1º afirma “A Educação abrange os processos formativos que desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Apesar das transformações sofridas pelas famílias, fica claro que a mesma continua sendo a primeira fonte de influência em todo o processo de formação do indivíduo. No ambiente escolar, pais e professores devem unir forças para, através desta parceria, buscar o bem estar do educando.

Também, é importante ressaltar o que Maria Izete de Oliveira (APUD Idaie Caetano Rodrigues) afirma sobre os problemas da educação no Brasil:

O sistema educacional geralmente impõe padrões de conduta que as escolas devem

# **Encontro Nacional de Educação (ENACED) e Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)**

## **XXII ENACED – II SIEPEC**

seguir. Esses padrões, muitas vezes, são fora da realidade particular de cada escola, o que gera tensão, desmotivação e incapacidade de realizar a contento o trabalho pretendido. Turma numerosa, falta de condições materiais, estrutura física inadequada, falta de recursos financeiros, são algumas das situações encontradas.

Com o crescente aumento da oferta de vagas nas escolas públicas para o ensino fundamental e médio, não houve uma estruturação adequada que acompanhasse esse crescimento.

Vale destacar, que na conjuntura atual, as políticas educacionais buscam atender os desafios demandados pelos sujeitos que fazem parte do processo de transformação da sociedade, como atender de forma igualitária a diversidade de sujeitos que frequentam as etapas da educação básica garantindo aos mesmos, de forma plena, exercer seus direitos a uma educação básica de qualidade.

### **5- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente ensaio é fruto de pesquisas de caráter bibliográfico, em que se buscou mostrar o contexto histórico da educação a partir da década de 80. Com isso se constatou que mesmo com o passar dos anos e das mudanças pelas quais passa a sociedade, ainda existem desigualdades educacionais no Brasil, sendo que este é um fator que se estende desde as últimas décadas, o que contribuiu para a segregação entre ricos e pobres, uma vez que as escolas públicas estão andando a passos lentos, enquanto o mundo que a rodeia está cada dia mais acelerado, influenciado pelas novas tecnologias.

Como a sociedade contemporânea é muito complexa, a escola encontra-se no papel de dar continuidade à cultura dessa sociedade, por intermédio do ensino-aprendizagem e tem tarefas sociais e éticas peculiares, além de ser o lócus da atividade profissional do professor e ter uma relação aberta com os discentes.

A educação pública precisa ter um planejamento voltado à formação do cidadão, não só para o mercado de trabalho, como acontecia nos anos anteriores a 80, mas que leve em consideração a necessidade de superação das desigualdades, de forma que esse planejamento tenha como foco a equidade, para reconhecer as necessidades dos estudantes.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

**Encontro Nacional de Educação (ENACED) e Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)**

**XXII ENACED – II SIEPEC**

BASTOS, Manoel de Jesus. Análise do Contexto da Educação Brasileira. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/analise-da-educacao-brasileira>. Acesso em 03/12/2021.

BRASIL, C. D. A diversidade cultural. Brasília: Coordenação de Publicações da Câmara dos Deputados, 2006  
\_\_\_\_\_. Constituição de 5 de outubro de 1988. Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

FILHO, Geraldo Francisco. A educação brasileira no contexto histórico. Campinas-SP: Editora Alínea, 2004.

RODRIGUES, Idaie Caetano. Perfil da escola pública na visão de pais, alunos, professores. Um olhar sobre o relacionamento professor aluno. Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes\\_pde/artigo\\_idaie\\_caetano\\_rodrigues.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_idaie_caetano_rodrigues.pdf). Acesso em 18/10/2021.

SILVA, Hilanna Mayara Lessa; BEZERRA, Augusta Celestino; SANTOS, Blenda Joyce dos. Caracterizando a década de 1980 no Brasil: em busca da identidade da educação física. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/view/5107/1830>. Acesso em 26/09/2021.